

Impresso
Especial

9912208497

Instituto dos
Advogados MG

...CORREIOS...

informativo IAMG

Publicação do Instituto dos Advogados de Minas Gerais Ano 6 Número 39 Janeiro, Fevereiro e Março de 2011

Instituto do pensamento jurídico de Minas Gerais celebra 96 anos de fundação

ÉLCIO PARAÍSO

Precisamente 381 pessoas compareceram à sessão solene da entrega da Medalha do IAMG e posse de novos associados

Págs. 4 e 5



Entrevista: Maria Coeli Simões Pires, secretária da Casa Civil e Relações Institucionais do estado de Minas Gerais e diretora dos departamentos de Direito Administrativo e Agrário do IAMG
Página 3

Instituto se faz presente no governo de Minas por meio de seus diretores e associados
Página 6

Causos e Causídicos, Reforma Política e comemoração da Semana da Cultura Luso-Brasileira são alguns dos eventos agendados para este ano
Página 7

Agora, a 'Reforma Política'

ÉLCIO PARAÍSO

Anunciam os jornais que o Congresso Nacional se ocupará da esperada reforma política. Dentre outros de igual importância (tributária, previdenciária, sindical) é projeto que visa consolidar nossa democracia. Não pode ser trabalho de gabinete. Certamente que os segmentos da sociedade civil organizada serão ouvidos, mediante audiências públicas. É o que se espera.

A reforma política fará mais acreditados os Poderes Legislativo e Executivo, fazendo-os representativos. É caminho pavimentado para uma nova organização do Estado, valorizando, também, o Poder Judiciário, que continua, do ponto de vista orçamentário, refém do Poder Executivo.

A Nação se envergonha, a cada noticiário, das novas revelações, dando conta da corrupção que campeia, envolvendo políticos e agentes públicos. O exercício de cargo ou função públicas, obtidas a partir do voto ou da outorga de confiança, corresponde a um sacerdócio e a população não pode perder a crença no Estado. Toda desonestidade com o dinheiro público corrói as raízes de instituições que não podem cair no descrédito. Quanto à corrupção, o texto legal por vir deve ser implacável, de modo a não permitir ambiguidades que criem dificuldade ao Poder Judiciário, nos julgamentos de casos concretos. A reforma política deverá levar para o âmbito dos partidos políticos a séria questão dos comportamentos de seus afiliados, barrando candidaturas comprometidas com falcaturas, resolvendo-se, no foro partidário, a tormentosa questão das fichas dos candidatos.

O temário é vasto e diverso, compreendendo uma disciplina nova para criação e funcionamento dos partidos políticos; a fidelidade partidária; o processo eleitoral; o voto facultativo ou obrigatório; o voto distrital; o sistema proporcional de listas abertas ou fechadas; o financiamento público de campanhas; a cláusula de barreira; a utilização de verbas públicas durante as campanhas ou no curso do governo, com a finalidade de cooptação política. Tudo isto corresponde a temas que, antes de levados à votação, necessitam ser conhecidos por toda a população brasileira.

A reforma política, para ser duradoura, não pode perder a oportunidade de exigir a pregação permanente da bandeira da ética na política.

A presença do Estado na vida dos cidadãos - está provado - é insubstituível. O Estado que queremos é aquele pregado (no discurso de posse) pelo Governador de Minas, Antônio Augusto Junho Anastasia: - um Estado que ouve e dialoga; que empreende e compartilha; que educa, estimula e apoia; que assiste, mas que também habilita; que protege, mas que não se



José Anchieta da Silva – Presidente do Instituto dos Advogados de Minas Gerais e do Colégio de Presidentes dos Institutos de Advogados do Brasil

submete cioso de sua autonomia. Sugerimos que esta reflexão – em forma de reza até – seja adotada pelos legisladores.

Na última reunião do Conselho da OAB/MG, em fevereiro, sugeri sobre a proposta de criação de uma 'Comissão de Defesa da República e da Democracia' que se ajustasse a proposta, criando-a como 'Comissão de Estudos sobre a Democracia'. Pela profundidade dos temas elencados neste texto, estamos convencidos de que as instituições civis precisam perceber que a melhor maneira de defender a democracia é, antes de tudo, estudá-la. O verbo 'estudar' será sempre maior, mais abrangente e mais democrático até, do que o verbo 'defender'. Será estudando a democracia que arregimentaremos argumentos e forças para bem e corretamente defendê-la.

Fiel à vocação inconfidente de Minas Gerais, aguardamos os primeiros passos oficiais, em relação à esperada reforma política. Se a sociedade civil não for convidada para o debate, estamos dispostos a repetir (como o fizemos em torno do projeto de Novo Código de Processo Civil) o simpático Movimento Queremista: - Queremos vista. É isto que a sociedade espera de nós.



IAMG - FUNDADO EM 7 DE MARÇO DE 1915
RUA GRÃO PARÁ, 737 CONJ. 301, SANTA EFIGÊNIA - BELO HORIZONTE, MG - CEP: 30150-340 - TELEFAX (31) 3241-1226

www.iamg.org.br - iamg@iamg.org.br

DIRETORIA: Presidente: José Anchieta da Silva; Vice-Presidente: Luiz Ricardo Gomes Aranha; 1º Secretário: José Brígido Pereira Pedras Júnior; 2º Secretário: Leonardo de Faria Beraldo Tesoureiro: Wellington Luzia Teixeira. **CONSELHO SUPERIOR** (membros vitalícios): Décio de Carvalho Mitre e Fernando Andrade Ribeiro de Oliveira. **CONSELHO SUPERIOR:** Aristoteles Dutra de Araújo Atheniense, Eugenio Klein Dutra, Orlando de Oliveira Vaz Filho, Carlos Mário da Silva Veloso e Ademar Ferreira Maciel. **COMISSÃO DE SELEÇÃO:** Ricardo A. Malheiros Fuza, Lúcia Massara e Maria Isabel Vianna de Oliveira Vaz. **CONSELHO FISCAL:** Titulares: Raul de Araújo Filho, Maria Beatriz Conde Pellegrino e Antonio Augusto Mercêdo Moreira. Suplentes: Aroldo Plínio Gonçalves, José Marrara e Evandro França Magalhães. **REVISTA DO IAMG:** Ricardo A. Malheiros Fuza e Leonardo de Faria Beraldo.

DEPARTAMENTOS DO IAMG: Direito do Consumidor: Alexandre Brígido de Alvarenga Pedras; Direito de Tecnologia da Informação: Sérgio Henrique Zandoná de Freitas; Direito Eleitoral: Antônio Ribeiro Romaneli; Direito Civil: Dilvanir José da Costa (Dir. Adjunto: Humberto Agrícola Barbi); Teoria do Direito: Fernando José Armando Ribeiro (Dir. Adjunto: Juarez Monteiro de Oliveira Júnior); Direito Ambiental: Gustavo Brígido de Alvarenga Pedras (Dir. Adjunto: José Arthur de Spirito Kalli); Direito Processual Penal: José Barcelos de Souza (Dir. Adjunto: Luciano Santos Lopes); Direito Processual Civil: Luiz Fernando Valladão Nogueira (Dir. Adjunto Bruno Cesar Fernandes); Direito Tributário e Financeiro: Dalmir do Espírito Santo Pimenta (Dir. Adjunta Alessandra Machado Brandão Teixeira); Direito Constitucional: Juliana Campos Horta (Dir. Adjunta Patrícia Henriques Ribeiro); Direito Internacional: Antonio Marcos Nohmi; Direito Empresarial: Luciana Diniz Nepomuceno (Dir. Adjunto: Jean Carlos Fernandes); Direito de Família: Luis Fernando Valladão Nogueira (Dir. Adjunto: Sofia Miranda Rabelo); Direito Administrativo e Agrário: Maria Coeli Simões Pires (Dir. Adjunto Luciana Moraes Raso Sardinha); Direito do Trabalho: Maurício Martins de Almeida (Dir. Adjunto Paulo Araújo); Direito Penal: Odilon Pereira de Souza (Dir. Adjunto: Felipe Martins Pinto); Direito das Minas e Energia: William Eduardo Freire; Propriedade Intelectual: Hildebrando Pontes Neto; Direito Municipal: José Nilo de Castro; Direito Previdenciário: Marcelo Barroso Lima Brito de Campos (Dir. Adjunto Dinorá Carla de Oliveira Rocha Fernandes); Direito Econômico: Nilson Reis; Direito de Comunicação: Rogério de Vasconcelos Faria Tavares.



INFORMATIVO IAMG: Órgão de divulgação do Instituto dos Advogados de Minas Gerais | Jornalista Responsável: Sérgio Stockler (MTB 5.741 - MG) | Redação: Pollyanna Alcântara e Aline Ferreira (col.) | Tiragem: 3.000 exemplares | Periodicidade Trimestral | Distribuição Gratuita

entrevista MARIA COELI SIMÕES PIRES

“Nunca debes perguntar o que o Estado pode fazer por ti, mas o que tu podes fazer pelo Estado.”

Nesta primeira edição de 2011, o Informativo IAMG traz uma rica entrevista com a secretária da Casa Civil e Relações Institucionais do estado de Minas Gerais e diretora dos departamentos de Direito Administrativo e Agrário do Instituto, Maria Coeli Simões Pires. A entrevistada versa sobre variados temas como o aumento da participação da mulher na administração pública, os 21 anos da Constituição Mineira e suas principais propostas e iniciativas frente ao cargo que ocupa no governo.

IAMG: A mulher brasileira vem conquistando cada vez mais seu espaço, seja nos negócios e até mesmo na política. O que o aumento de mulheres à frente desses cargos representa para a administração pública? E quais os principais desafios enfrentados por elas?
Maria Coeli Simões Pires: Nem o aumento numérico dos cargos ocupados por mulheres nem a conquista do cargo máximo da nação é tudo. Importa observar a qualidade dos quadros femininos, que são alçados a posições de destaque e comando não à força de fórceps, mas à custa de trabalho, dedicação, mérito intelectual e político e de muita luta emancipatória.

Penso que, quando se têm em mente desafios, aqueles que se põem diante da mulher são iguais àqueles que se apresentam ao homem. Por certo, é possível que pareçam maiores, mais extensos ou inglórios, porque carregam uma camada refratária de prevenção e menoscabo. Cabe à mulher, em um exercício de autocracia do pensamento, romper essa camada refratária para que possa cumprir com denodo as missões que lhe são delegadas.

IAMG: À frente da secretaria de Casa Civil e de Relações Institucionais do governo de Minas, quais as propostas/iniciativas defendidas pela senhora?

MCSP: Em um primeiro plano, urge levar a cabo a reestruturação da atividade própria de Casa Civil, que se consubstancia no apoio técnico ao exercício da função administrativa e da autoridade pelo Chefe do Poder Executivo. De outro lado, cabe à Secretaria exercer a coordenação institucional da ação de governo, que se projeta em dupla direção: *interna corporis* e *extramuros*. Nesse passo, a Secretaria deve construir um canal institucional de governança, que aponte tanto para a potencialização do diálogo interno quanto para o relacionamento com o Poder Legislativo e Judiciário, bem

assim com instituições como Ministério Público, Advocacia e Defensoria Pública, instâncias de institucionalização mais robusta, e segmentos específicos da Sociedade Civil de interface com a missão institucional.

O grande desafio que se afigura é erigir uma procedimentalização da agência estatal, que logre homenagear o princípio democrático, sem desconhecer um de seus fundamentos que é o trinômio legitimidade-autoridade-representatividade.

IAMG: A senhora possui um vasto currículo, mas dentre as principais atividades exercidas estão a advocacia, o magistério e a política. Como conciliar todas essas profissões?

MCSP: Ora, magistério, advocacia e política, entre outros pontos de contato, têm de comum o uso intensivo que se faz da palavra. Não fosse do parlatório ou da tribuna, sobrar-me-ia o púlpito – o qual, por óbvio, fica-me interdito – onde fazer uso da palavra. Não me parece que haja qualquer empecilho na conciliação dessas profissões, que se mostram, antes, estreitamente ligadas, por laços históricos e sociais. Assumindo o pressuposto de que tanto magistério como advocacia e exercício de autoridade administrativa estão todos orientados para o interesse público, entendo que a conciliação é, então, natural.

O respeito à linha que separa a coisa pública da vida privada exige uma conduta vigilante infatigável, que, um cem dobro de vezes, impõe sacrifícios profílicos. De outra parte, a vida pública e o exercício de um munus público enriquecem-nos na dimensão pessoal e profissional, porque impõe um exercício cotidiano de altruísmo e rigidez, que, igualmente, muito contribui para a vida acadêmica.

Posso dizer que o caminho que sempre encontrei para conciliar as vocações para o Direito, a política e o

Magistério foi o da absoluta discrição, marcado por dedicação responsável e espírito público.

IAMG: A senhora foi responsável pela coordenação técnica geral do processo da Constituição Mineira de 1989. Atuando na administração pública hoje, assim como em outros momentos, qual a avaliação que a senhora faz, em linhas gerais, desses 21 anos de constituinte?

MCSP: Não posso olvidar a intensa convivência, naquele interregno, com lumináres do Instituto dos Advogados e do Direito, em compartilha de responsabilidades: os saudosos Professores Doutores Raul Machado Horta, Paulo Neves de Carvalho e José Alfredo de Oliveira Baracho, que colaboraram como Consultores externos da Mesa Constituinte, presidida pelo Deputado Kemil Kumaira, e o Professor Antonio Augusto Junho Anastasia, atual Governador dos mineiros, que atuou, então, como assessor do Relator Bonifácio Mourão. Ressalto, também, o trabalho de excelência desenvolvido pelos colegas dos quadros técnicos da Casa Legislativa, alguns deles membros do IAMG.

Os 21 anos que medei entre os primeiros debates na Assembleia Nacional Constituinte e os dias atuais mostram-se, mais do que nunca, que a Constituição é um documento essencialmente político, sendo, pois, de conteúdo vivo e palpante.

O processo constituinte foi, sobretudo, um caminhar de amadurecimento político, jurídico e republicano. A Assembleia Constituinte mineira foi especialmente feliz na estruturação do processo, porque soube fazê-lo sobre bases democráticas, valendo-se de instrumentos então disponíveis, para catalisar as aspirações sociais.

Como produto do gênio humano, da cultura, a Constituição, por óbvio, não está infensa a desacertos, uma vez que não é uma Lei que se pretenda

olímpica. Tenho por certo, entretanto, que seu valor intrínseco é prever, sob a perspectiva procedimental, os modos pelos quais os desacertos vão sendo paulatinamente supracorrigidos nas novas formas e conceitos, atendendo à lógica inexorável do progresso humano.

Demais disso, a Constituição do Estado de Minas Gerais tem sido uma matriz generosa para a arquitetura do planejamento, do desenvolvimento sustentável e da gestão inovadora.

IAMG: Ainda tendo como tema a Constituição Estadual a senhora vislumbra a necessidade de novas alterações na Carta do Estado, tendo em vista uma sociedade que está em constantes transformações?

MCSP: A Carta Constitucional de 88 avançou bastante naquilo que concerne aos direitos e garantias constitucionais, mas foi tímida no desenho da Federação, na organização do Estado, na procedimentalização da Administração Pública, na arquitetura institucional de governança e na concepção do sistema democrático representativo e seus consectários.

Por tal razão, há uma proliferação de Emendas à Constituição da República, e isso reflete no arcabouço constitucional dos Estados federados. Além disso, as características da Carta mineira, que decorrem do próprio processo aberto de sua construção, acabam por sujeitá-la a uma remodelagem mais intensa e frequente.

Tenho comigo que as principais mudanças que se mostram necessárias tangem aos aspectos decorrentes de sua lógica extensiva e da adaptação aos redeseños da Constituição da República, que, notem, não são singelos. Portanto, alterações na Carta do Estado precisam ser concebidas com parcimônia, equilíbrio e prudência.

Leia a entrevista na íntegra no site: www.iamg.org.br

Casa de Mendes Pimentel recebe láureas por seus 96 anos e avança rumo ao centenário

O Instituto dos Advogados de Minas Gerais comemorou no dia 3 de março, no Automóvel Clube, seus 96 anos de Fundação. Em grande festividade, ao som do Quarteto de Cordas da Orquestra Sinfônica da Polícia Militar de Minas Gerais, várias autoridades estiveram presentes para prestigiar a instituição jurídica mais antiga do estado, como o Ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Joelson Dias; o presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, Kildare Gonçalves Carvalho; o desembargador, José Tarcízio de Almeida Melo; o presidente da Academia Mineira de Letras, Orlando de Oliveira Vaz; o presidente da Academia Mineira de Letras Jurídicas, Adhemar Ferreira Maciel; o chefe da Polícia Civil de Minas Gerais, Jairo Lellis Filho; dentre outros.

A abertura da solenidade foi realizada pelo presidente do IAMG, José Anchieta da Silva, que antes de proferir seu discurso, fez questão de homenagear a associada e ex-diretora do departamento de direito empresarial do Instituto, Maria Celeste Moraes Guimarães, nomeada recentemente como a nova diretora jurídica da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig). De acordo com o presidente, é muito gratificante ver que os grandes currículos de Minas, a partir do IAMG, ocupam cargos de maior responsabilidade do nosso estado.

Ao falar da comemoração de aniversário do Instituto, Anchieta lembrou que o IAMG caminha rumo ao seu centenário e se afirma de modo definitivo, como o senado do pensamento jurídico em Minas Gerais. Também fez uma breve avaliação das atividades desempenhadas no ano de 2010, destacando que o IAMG assumiu pela segunda vez a presidência do Colégio dos Institutos de Advogados do Brasil. Além disso, apontou a presença do Instituto em quase todas as audiências públicas realizadas no Brasil, tendo como tema o anteprojeto do novo Código de Processo Civil.

Segundo o presidente, a atenção e a dedicação do Instituto não estiveram a serviço apenas do novo CPC, vigília semelhante está sendo realizada em relação aos novos Códigos de Processo Penal, Eleitoral, Florestal e de Mineração. Dentre os eventos institucionais, Anchieta destacou pela sua originalidade a instalação da Sala Affonso Penna Junior, em parceria com o governo do município de Santa Bárbara.

O momento mais aguardado da solenidade foi a entrega da Medalha IAMG. Este ano os agraciados foram: Aristoteles Dutra de Araújo Atheniense (Advogado), Sônia Diniz Viana (Magistratura), Humberto Theodoro Junior (Magistério Jurídico), Marcos Paulo de Souza Miranda (Ministério Público), Cláudia Regina Campos de Araújo (Polícia Civil), Eutides Márcio Sarmiento (Ser-



FOTOS: ÉLCIO PARAÍSO

Membro do Conselho Superior do IAMG, Aristoteles Atheniense, fez um emocionante discurso reverenciando a tradição do Instituto

vidor da Justiça) e o ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira (Gratidão Especial).

O advogado Aristoteles Atheniense agradeceu a homenagem em nome de todos os condecorados dizendo: “somos portadores de uma mensagem em agradecimento ao presidente José Anchieta da Silva, aos seus colegas de diretoria e aos membros do Instituto pela linda homenagem prestada a esses que sobressairam em diversas áreas jurídicas do ano de 2010. Dividir as conquistas obtidas equivale a multiplicar a felicidade que essa outorga hora recebida nos proporciona. Os reverenciados louvam a gestão do presidente José Anchieta que imprimiu ao IAMG e ao Colégio dos Institutos dos Advoga-

dos do Brasil a pujança de seu talento merecendo ter o seu nome inscrito no rol dos construtores da instituição por tê-la tornado ainda mais respeitada. O trabalho cumprido pelo Instituto dos Advogados de Minas Gerais, ao longo das gerações, consiste na espontânea vontade de que sejam aperfeiçoadas as nossas instituições através da busca incessante do Estado de Direito; na defesa das prerrogativas da dignidade não só dos nossos advogados, como dos juristas que integram os seus quadros; na colaboração com o Poder Público em todos os seus níveis; na guarda e na estrita observância das normas da ética profissional, no âmbito dos integrantes de todas as carreiras jurídicas”.

Novos membros somam-se à Instituição

A festa do nonagésimo sexto aniversário do IAMG também foi marcada pela posse de treze novos associados sendo eles: Alex Santana de Novais, Antonio Fabrício de Matos Gonçalves, Daniel da Silva Araújo Cerqueira, David França Ribeiro Carvalho, Eurico Bitencourt Neto, Joaquim Urbano Pacheco Resende, Leandro Costa Mafra, Luísa Cristina Pinto e Netto, Luiz Ângelo Ferreira do Nascimento, Maria de Lourdes Carvalho, Obregon Gonçalves, Rosendo de Fátima Vieira Júnior e Sérgio da Silva Peçanha.

A procuradora do estado, Luísa Cristina Pinto e Netto, disse estar muito feliz por ter sido convidada pelos advogados Juliana

Campos Horta e Ricardo Arnaldo Malheiros Fiúza para se associar ao IAMG. “Eles sempre me falavam no Instituto e da importância dos advogados se organizarem para além da OAB. Ouvindo o discurso do nosso presidente eu reafirmei essa convicção porque ele explicitou quantas coisas importantes não só para o meio jurídico são realizadas pelo Instituto. Como nova associada e exercendo a advocacia pública, penso que o IAMG também poderia mobilizar os advogados para as questões voltadas para o direito público, pois temos muitas questões a serem tratadas nessa área”, revelou.

Há 50 anos no exercício do direito, o advogado Obregon Gon-



Segundo o presidente do Instituto, José Anchieta, com a posse dos novos associados o IAMG passa a ter 402 membros.

çalves também afirmou estar muito satisfeito com a associação. “Costumo fazer o que gosto e sendo assim procuro fazer da advocacia o

exercício de minha vida diária. Quero colocar no papel toda a experiência que tenho para aqueles que venham depois”, constatou.

Expoentes das carreiras jurídicas de Minas são os destaques da noite

Em sua quarta edição, sete personalidades do direito foram agraciadas com a Medalha do IAMG. A novidade deste ano foi a criação da categoria “Gratidão Especial”. O objetivo foi homenagear um cidadão ou cidadã da área, que mesmo não estando em atividade plena, prestaram relevantes serviços à ciência jurídica ou ao exercício da advocacia. De acordo com o presidente do Instituto, José Anchieta da Silva, a Comenda Oficial do IAMG visa fazer justiça aos pró-homens de Minas. Acompanhe abaixo um breve depoimento dos contemplados.

ADVOGADO Aristoteles Dutra de Araújo Atheniense

Cada dia que passa a gente tem oportunidade de refletir não só em relação ao que temos sido, mas aquilo que podemos ser no dia seguinte. Cada amanhecer de dia é sempre uma oportunidade também de reflexões não só sobre nossa vida pessoal, mas sobre a profissão e suas dificuldades. Dizer que nunca ambicionei essa medalha seria uma hipocrisia, porque eu sempre sonhei em recebê-la. Espero apenas que seja digno dela em qualquer situação e que não possa desmerecê-la.

FOTOS: ÉLCIO PARAÍSO



MAGISTRATURA – Sônia Diniz Viana

As pessoas passam e as instituições ficam quando são benéficas e bem dirigidas pelos seus integrantes. Assim acontece com o Instituto dos Advogados de Minas Gerais, com seus 96 anos de bons serviços prestados.

Ter sido escolhida como destaque da Magistratura em Minas Gerais no ano de 2010 para receber a Comenda Oficial da Casa de Mendes Pimentel foi o ponto alto da minha carreira. Tãmanha honra muito me orgulha e me deixa feliz, e, agora, curvo-me perante aos integrantes desta Casa que me escolheram para deixar registrado o carinho e o respeito que tenho pelos mesmos e por minha profissão e por todos que nela mourejam.

MAGISTÉRIO JURÍDICO Humberto Theodoro Júnior

É sem dúvida muito honroso e gratificante ser agraciado por essa instituição. Venho acompanhando o trabalho do IAMG há muitos anos, desde quando pertencia à unidade de Uberaba. Prossegui com a filiação e hoje participo de muitos eventos promovidos pela entidade, todos de alto nível. Para mim o IAMG é uma instituição modelar.

MINISTÉRIO PÚBLICO – Marcos Paulo de Souza Miranda

É uma responsabilidade muito grande receber esse reconhecimento do Instituto dos Advogados de Minas Gerais, uma instituição quase centenária que congrega os grandes pensadores do direito do nosso estado. Para o Ministério Público, categoria a qual estou representando nessa celebração, é muito importante, pois o promotor de justiça nada mais é que um advogado trabalhando em prol da sociedade. É uma gratidão grande em relação ao Instituto e tenho certeza que o IAMG continuará sempre prestando valiosos serviços em prol do conhecimento jurídico e aperfeiçoamento dos operadores do direito em Minas Gerais e no Brasil.

POLÍCIA CIVIL – Cláudia Regina Campos de Araújo

É uma honra receber uma homenagem como essa. A gente trabalha, estuda, exatamente buscando um dia poder compartilhar desse sucesso e em uma instituição tão antiga, tão tradicional e importante para nós como é o IAMG.

As instituições jurídicas têm um papel essencial dentro da sociedade e ter o Instituto com os valores que preserva é na verdade uma grande tranquilidade para nós que estamos nas carreiras jurídicas

SERVIDOR DA JUSTIÇA – Eutides Márcio Sarmiento

Estou muito satisfeito e agradeço de coração a todos do Instituto. Acredito que tudo isso é devido ao trabalho que desempenho. Como costume dizer não me considero um funcionário público e sim servidor público. Atendo todo mundo com muita dedicação, gosto e tenho amor pelo que faço. Tenho muito que elogiar o trabalho do IAMG principalmente na pessoa de seu presidente, José Anchieta.

GRATIDÃO ESPECIAL – Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira Vinicius de Figueiredo Teixeira, filho e representante do homenageado

Meu pai sempre teve a visão que o advogado não pode ser adversário do juiz. As duas parcelas têm que estar imbuídas de que querem fazer a justiça. O magistrado simplesmente aplica a justiça de acordo com as situações que o advogado leva. Por isso, meu pai sempre buscou essa interação entre a advocacia e a magistratura, que não era nem um pouco comum na sua época e que nos dias de hoje ainda encontra certas resistências.

Como na advocacia ele tem muitos amigos, então a primeira impressão dele com essa homenagem foi se sentir agraciado por amigos, por pessoas queridas. Ele ficou muito lisonjeado em receber a Medalha do IAMG e com certeza gostaria muito de estar presente.



Diretores e associados do Instituto assumem cargos importantes no governo de Minas

O Instituto dos Advogados de Minas Gerais iniciou o ano de 2011 com grande representatividade no estado. Alguns de seus diretores e associados tomaram posse em importantes cargos dentro do governo, a começar por Antônio Augusto Anastasia, que foi reeleito como chefe do Executivo de Minas. Destacamos também as presenças de Maria Coeli Simões Pires, secretária da Casa Civil e Relações Institucionais; Moacyr Lobato de Campos Filho, controlador geral do estado; Maria Celeste Moraes Guimarães, diretora jurídica da Cemig e Luciana Moraes Raso Sardinha, diretora-geral da Escola do Governo da Fundação João Pinheiro (FJP).

Leia abaixo um breve resumo da trajetória profissional de cada um desses profissionais que hoje estão no exercício da carreira pública.

Antônio Augusto Junho Anastasia

Associado do IAMG desde 1987, o governador Antônio Augusto Junho Anastasia tomou posse, no dia 1º de janeiro de 2011, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, para seu segundo mandato como chefe do Executivo do Estado, tendo como vice-governador Alberto Pinto Coelho, também empossado.

Em seu discurso de posse, o governador fez uma convocação para que se inicie no país um novo ciclo de governança a partir de uma reforma da gestão pública brasileira e cobrou

a urgência de um fortalecimento do pacto federativo para que, aliado a uma gestão de qualidade dos recursos públicos, o país possa reduzir suas desigualdades.

Anastasia também defendeu a ética e a transparência na gestão pública e fez questão de reafirmar seu compromisso com o trabalho sem trégua para garantir condições de vida dignas a todos os mineiros.

Anastasia foi reeleito em 2010, com 6.275.520 votos, o que representa 62,72% dos votos válidos. O

seu primeiro mandato como governador iniciou-se em 31 de março de 2010, após a desincompatibilização de Aécio Neves. Anastasia era vice-governador do Estado desde 2006.

Com 49 anos, Antonio Anastasia dedica-se há 26 à administração pública e participa há 20 da vida política de Minas Gerais. É um profundo conhecedor dos problemas e demandas dos municípios, atuou em importantes momentos da história do Estado, como na implementação da Constituinte Mineira, entre 1988 e 1989.



EUGÊNIO SÁVIO

Professor da Escola de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) desde 1993 e mestre em Direito Administrativo, Antonio Anastasia ingressou na vida pública na Fundação João Pinheiro (FJP).

Maria Coeli Simões Pires

Advogada, professora, mestre e doutora em Direito Administrativo pela UFMG, Maria Coeli Simões Pires é membro do IAMG desde 1997. Hoje ela assume a diretoria dos departamentos de Direito Administrativo e Agrário da Instituição.

Este ano, Maria Coeli foi empossada pelo governador Anastasia para comandar a Secretaria da Casa Civil e Relações Institucionais. Tendo atuado no ano passado na extinta Secretaria de Estado Extraordinária de Relações Institucionais.



GIL LEONARDI / SECOM MG

Ao longo de sua trajetória profissional, a advogada passou por vários cargos no governo como Secretária Adjunta de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana de Minas Gerais.

Maria Celeste Moraes Guimarães

Em janeiro deste ano a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) aprovou a composição da nova Diretoria Executiva da Empresa. Para ocupar a recém-criada Diretoria Jurídica, foi nomeada Maria Celeste Moraes Guimarães, auditora-geral do Estado de Minas Gerais desde 2003.

Maria Celeste é advogada, doutora em Direito Empresarial e mestre em Direito Comercial pela Universidade



ÉLCIO PARAÍSO

de Federal de Minas Gerais. Professora da Faculdade de Direito Milton Campos, ela integra o quadro de associados do IAMG desde 2001.

Moacyr Lobato de Campos Filho

Membro do IAMG há mais de um ano, Moacyr Lobato de Campos Filho assumiu a Controladoria Geral do Estado, criada a partir da ampliação das atribuições da Auditoria Geral do Estado (AUGE).

No ano passado, o procurador Moacyr Lobato foi empossado, no Palácio da Liberdade, pelo ex-governador Aécio Neves, como secretário de Estado de Defesa Social. Ele também atuou como secretário-adjunto dessa mesma pasta entre julho de 2007 e março de 2009.

O secretário Moacyr Lobato é bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da UFMG (1981), mestre em Direito pela mesma faculdade (2004) e pós-graduado em Direito da Economia e da Empresa pela Fundação Getúlio Vargas (2002).



GIL LEONARDI / SECOM MG

É procurador do Estado de Minas Gerais, por concurso público, provas e títulos, desde março de 1983. É também professor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), desde março de 1987; da Escola Superior de Advocacia da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) - Seccional de Minas Gerais; e ainda da pós-graduação lato sensu em Direito de Empresa do Centro de Atualização em Direito - CAD em convênio com a Universidade Gama Filho - UGF/RJ, desde 1998.

Luciana Moraes Raso Sardinha

Em 22 de fevereiro, a diretora adjunta dos departamentos de Direito Administrativo e Agrário do IAMG, Luciana Moraes Raso Sardinha, foi apresentada oficialmente como a nova diretora-geral da Escola do Governo da Fundação João Pinheiro (FJP).

Em seu discurso de posse, a nova diretora ressaltou a importância da Escola de Governo para a administração pública mineira. "Esta é uma escola de vanguarda e de fundamental relevância para a consolidação de uma gestão pública eficiente, representando, sem sombra de dúvidas, importante passo em direção ao futuro", observou. "A formação interdisciplinar dos alunos oferece capacitação e preparo para o extraordinário e fecundo papel que lhes cabe e isto implica em



ERNANDES FERREIRA

uma administração pública ética e efetiva", afirmou.

Luciana Sardinha é mestre e doutora em Direito Administrativo pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e servidora Efetiva do Tribunal de Contas do Estado. É professora do Curso de Pós-Graduação da Escola de Contas do TCE-MG e, desde 1996, integra o corpo docente da Escola de Governo da Fundação.

A nova diretora-geral é associada do IAMG desde 2009.

Causos e Causídicos, Reforma Política e Práticas Processuais por meio eletrônico permeiam programa de eventos deste ano

Em 2010 o Instituto dos Advogados de Minas Gerais teve vários motivos para celebrar. O ano ficou registrado por inúmeras realizações que fortaleceram ainda mais o papel desempenhado pela instituição junto à comunidade jurídica.

"Foi o ano em que Minas presidiu o Colégio Brasileiro de Institutos; estivemos presentes em nove sessões públicas discutindo o anteprojeto do novo Código de Processo Civil; editamos uma obra especial sobre a nova Lei de Mandado de Segurança, obra crítica que discordamos com a condução adotada pelo texto legal; começamos também a trabalhar com o novo código eleitoral e de processo penal e ainda prestigiamos nossas seccionais no interior, Juiz de Fora, Uberaba, Uberlândia e Montes Claros. Foram mais de 100 acontecimentos, uma média praticamente de dois por semana, portanto posso dizer que foi um ano extraordinário", descreveu o presidente do IAMG, José Anchieta da Silva.

Para este ano, o presidente afirma que o Instituto continuará na mesma linha de trabalho, mas com projetos novos. "Vamos mais uma vez atuar na política de novas parcerias com entidades, associações e sociedades empresariais, onde o Instituto abriu o seu espaço", acrescentou.

O primeiro grande evento de 2011 aconteceu no dia 3 de março em comemoração aos 96 anos do IAMG. O próximo encontro está agendado para o dia 28 de abril, quando será promovido um almoço com o jornalista Carlos Lindenberg, diretor de redação do jornal Hoje em Dia, para discutir sobre o projeto de Reforma Política que já está sendo estudado pelo Congresso Nacional. O almoço acontecerá no Salão Verde do Automóvel Clube (Av. Afonso Pena, 1394 - Centro - BH), às 12 horas.

Sucesso em suas primeiras edições o IAMG retoma este ano o projeto "Causos e Causídicos". Obregon Gonçalves e Jorge Lasmar são os nomes confirmados para o primeiro ciclo que acontecerá no dia 19 de maio, às 19 horas, no Salão Prive do Automóvel Clube. Os advogados serão os responsáveis por manter o espírito do programa, o de entreter a plateia por meio da narração de fatos curiosos e engraçados, que marcaram suas respectivas trajetórias de vida profissional.

O Causos e Causídicos foi criado em 2008 por iniciativa da diretoria do IAMG com o objetivo de resgatar histórias, acontecimentos e pessoas por meio de apresentação de casos interessantes, que vão se perdendo na memória.

Em maio também será realizado o Seminário Práticas Processuais por Meio Eletrônico que visa debater sobre o uso da tecnologia na justiça brasileira e também os avanços e utilizações do processo eletrônico nos Tribunais Superiores, na Justiça do Trabalho, na Justiça Estadual e Juizados Especiais Cíveis. O local e a data do evento serão divulgados oportunamente nos meios de comunicação do Instituto como o Boletim Eletrônico e o site: www.iamg.org.br.

Para fechar a programação do primeiro semestre, no dia 9 de junho, o Instituto celebra a Semana da Cultura Luso-Brasileira, com a presença do ex-vice Cônsul de Portugal em Minas Gerais e presidente da Associação Mineira dos ex-estudantes em Portugal (AMEP), Otacílio Ferreira Cristo. O convidado ministrará a palestra "A influência da Universidade de Coimbra na História do Brasil. O encontro ocorrerá às 19h30, no auditório do IAMG.

Ciclo de Palestras complementam a programação

O Instituto dos Advogados de Minas Gerais e a Marcato - Cursos Jurídicos vêm promovendo desde março o Ciclo de Palestras: (Re)Pensando o Direito. A programação é composta por oito palestras sobre os mais variados temas ministrados por renomados advogados.

A abertura do ciclo aconteceu no dia 21/03 com a presença do presidente do IAMG, José Anchieta da Silva, que explanou sobre o tema "Desconsideração da pessoa jurídica: aspectos polêmicos e atuais". O presidente ressaltou a necessidade da criação de normas processuais claras para regularizar processualmente a desconsideração da personalidade jurídica,

sob pena de violação a prerrogativas constitucionalmente asseguradas.

Para participar dos próximos encontros os interessados deverão inscrever na Marcato (Rua Timbiras, 1840 - 2º andar - Funcionários - BH/MG - Telefone: (31)3889-9785) ou no IAMG (Rua Grão Pará, 737/301 - Santa Efigênia - BH/MG - Telefone: (31)3241-1226). Todas as atividades ocorrem às 19h30 na sede do Instituto.

O investimento é de R\$40,00 (advogados) e R\$20,00 (estudantes, membros do IAMG, alunos e ex-alunos da Marcato). Estudantes vinculados à instituição de ensino de um dos palestrantes, com comprovação, ficarão isentos do pagamento de inscrição.

Acompanhe abaixo a programação completa do evento.

Dia: 18 de abril (segunda-feira)

Tema: "Recurso Especial: atualidades e inovações no projeto do CPC - Técnicas de Interposição"

Palestrante: Luiz Fernando Valladão Nogueira - Diretor do Departamento de Processo Civil do IAMG. Procurador e Presidente da Associação dos Procuradores do Município de Belo Horizonte. Professor da Faculdade de Direito FEAD. Autor do livro "Recurso Especial".

Dia: 2 de maio (segunda-feira)

Tema: "Questões controversas sobre o protesto falimentar"

Palestrante: Jean Carlos Fernandes - Diretor Adjunto do Departamento de Direito Empresarial do IAMG. Doutor em Direito pela UFMG. Coordenador do curso de Direito da Faculdade Newton Paiva.

Dia: 16 de maio (segunda-feira)

Tema: "As mais expressivas alterações no novo CPC"

Palestrante: Wellington Luzia Teixeira - Diretor do IAMG. Mestre e doutorando em Processo pela PUC-Minas. Professor do Centro Universitário Newton Paiva e IEC/PUC Minas.

Dia: 30 de maio (segunda-feira)

Tema: "Tendências da jurisdição constitucional"

Palestrante: José Alfredo de Oliveira Baracho Junior - Mestre e Doutor em Direito pela UFMG. Pós-doutor pela Harvard University, Estados Unidos. Professor do Mestrado e Doutorado da PUC Minas.

Dia: 13 de junho (segunda-feira)

Tema: "Jurisprudência vinculante: a força dos precedentes nas reformas do CPC"

Palestrante: Bernardo Câmara - Associado do IAMG. Mestre em Processo pela PUC Minas. Professor de graduação do Centro Universitário Newton Paiva e de pós-graduação do IEC-PUC Minas.

Dia: 27 de junho (segunda-feira)

Tema: "Direito Minerário: aspectos polêmicos e atuais"

Palestrante: William Freire - Diretor do Departamento de Direito das Minas e Energias do IAMG. Professor de pós-graduação na Faculdade de Direito Milton Campos, Pitágoras e UNA. Árbitro da CAMARB e CAMINAS. Autor de diversos livros sobre Direito Minerário e Ambiental.

Visita do presidente da Amagis

Em fevereiro o Instituto dos Advogados de Minas Gerais recebeu a ilustre visita do presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), juiz Bruno Terra Dias.

O encontro que reuniu o presidente e alguns diretores do IAMG foi mais que uma visita de cortesia e sim um momento de estreitar as relações entre as instituições e acima de tudo discutir temas relevantes, como por exemplo, a defesa dos princípios federativos.

O presidente da Amagis iniciou a conversa mostrando-se bastante preocupado com a verticalização do relacionamento entre os mecanismos da Justiça e alertou para a necessidade da democratização das relações internas no Poder Judiciário. Segundo ele, é necessário que os

magistrados façam uma rediscussão da nossa federação, pois hoje os mecanismos da justiça têm recebido um tratamento pouco federativo.

“A federação não tem sido privilegiada, assim como o princípio democrático, e sentimos a repercussão disso em escala social e econômica. Temos que unir nossas forças e pensarmos juntos sobre o assunto, pois Minas Gerais foi sempre laboriosa nas resignações deste país. Vivemos uma crise de valores. É indiscutível o rumo de nosso estado federativo e o gargalo não está apenas na esfera do judiciário, mas em toda a justiça”, pontuou.

O presidente do Instituto dos Advogados de Minas Gerais, José Anchieta da Silva, demonstrou a mesma inquietação a respeito do



Vários diretores do IAMG participaram da visita e também tiveram a oportunidade de opinar em relação ao tema discutido

tema levantado pelo juiz Bruno Terra. Em seu discurso, ele destacou as recentes propostas de reformas dos Códigos de Processo Civil, Eleitoral, Penal e Florestal, além das reformas políticas e tributárias, defendendo uma maior participação dos diferentes setores do mundo jurídico. “O desejo, acredito que comum a

Amagis e ao IAMG, é que tenhamos uma justiça de verdade, um novo poder judiciário, uma nova advocacia. Nossas instituições caminharão juntas, pois são as grandes responsáveis pelas mudanças e é no senado do pensamento jurídico que as grandes ideias devem ser construídas”, finalizou.

destaques

Ministro do TSE

ÉLCIO PARAÍSO



Em março, o IAMG recebeu a notável visita do ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Joelson Dias. Ele esteve em Belo Horizonte para participar da comemoração dos 96 anos do Instituto e prestigiar seu grande amigo, o advogado Aristoteles Atheniense, que foi homenageado na ocasião.

NOTA DE PESAR

No dia 28 de março, o IAMG perdeu um de seus mais nobres membros, o advogado Geraldo Dias de Moura Oliveira. Ele foi presidente do Instituto no período de 1985 a 1986 e durante seu mandato procurou manter a tradição do IAMG como entidade de divulgação da cultura jurídica, promovendo palestras, simpósios e congressos. Falecido aos 93 anos, Geraldo Dias, foi um dos grandes responsáveis por esta nova fase da instituição.



DIVULGAÇÃO IAMG

Posse de novos membros em Juiz de Fora

No dia 13 de abril, a seccional do Instituto dos Advogados de Minas Gerais em Juiz de Fora promoverá a solenidade de posse de sete novos associados, sendo eles: Bruno Monteiro de Castro Amaral, Ignácio Loyola Câmara Costa, Isabela Gusman Ribeiro do Vale, Israel Carone Rachid, Lucas Lagrotta de Souza, Maria Tereza

Calil Nader e Rebeca Baccarini Macias Gimenez. Durante a sessão solene também será realizada a palestra “A separação judicial no direito brasileiro frente à EC 66/2010”, a ser ministrada pelo advogado Israel Carone.

O evento ocorrerá no Marcellus Buffet (Rua Gilberto de Alencar, 914 – Centro – Juiz de Fora), às 20h.

Presidente do IAMG abordou a “desconsideração da pessoa jurídica” em palestra na FGV

DIVULGAÇÃO IBS BUSINESS SCHOOL/FGV

No dia 28 de março o presidente do IAMG, José Anchieta da Silva, foi o convidado do IBS- Fundação Getúlio Vargas para o seu ciclo de palestras. Na ocasião, o advogado abordou o tema “Desconsideração da Pessoa Jurídica”. Assunto que, segundo ele, é de extraordinária importância para o direito, a magistratura, para os empresários e sociedade em geral.

No início de sua palestra, José Anchieta explicou que a atenção ao tema “desconsideração da pessoa jurídica” surgiu no momento das discussões sobre o novo CPC, iniciadas em agosto de 2009. “Nós, do IAMG, participamos ativamente desses debates sobre o novo código, defendemos essa tese da desconsideração, e fomos ouvidos pelo Senado”.

Ao final de sua palestra, José Anchieta da Silva chamou a atenção para um ponto importante. “Estamos punição em excesso. A desconsideração não dissolve a pessoa



jurídica. É um ato pontual, cirúrgico. Sua regulação no novo CPC nos propiciará um código deveras constitucional”.